

Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro

CNPJ nº 04.888.330/0001-16

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025

1. Contexto Operacional

O Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro – FUNPREVI é um fundo especial criado pela Lei nº 3.344, de 28 de dezembro de 2001, gerido pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro.

A sua missão institucional é garantir recursos para pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados e dependentes do regime próprio de previdência do município do Rio de Janeiro.

Não se verifica lucratividade na execução dessa atividade operacional. Para execução de suas atividades, o FUNPREVI recebe, eventualmente, recursos financeiros para cumprir os compromissos com pagamento de aposentadorias quando há insuficiência financeira para cobertura dos mesmos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as orientações estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 11ª ed., aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 26, de 18 de Dezembro de 2024, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 25, de 18 de Dezembro de 2024 e Portaria STN/MF nº 2.016, de 18 de Dezembro de 2024), que consolida os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e define normas contábeis aplicáveis ao Setor Público; Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's), emitidas pela STN; Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e disposições legais complementares vigentes.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas informações de execução orçamentária, financeira e patrimonial realizadas pela entidade no Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil (SIAFIC Carioca) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, sendo de responsabilidade do gestor da entidade as operações realizadas, bem como a ratificação das informações contidas nas demonstrações contábeis.

As demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2025, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE).

As demonstrações contábeis e todos os saldos das notas explicativas estão apresentados em reais, a qual é a moeda atual e oficial da República Federativa do Brasil.

3. Principais Práticas Contábeis Adotadas

Na elaboração das demonstrações contábeis, as principais práticas contábeis realizadas para registro e reconhecimento de Ativos, Passivos, Receitas e Despesas foram as seguintes:

3.1. Receitas

Pelo enfoque patrimonial, foi utilizado como critério para o reconhecimento o impacto da situação líquida patrimonial, baseado no princípio contábil da Competência e Oportunidade.

Pelo enfoque orçamentário, o critério de escrituração e registro das receitas ou ingressos, obedeceu ao art. 35, I, da Lei nº 4.320/64, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, no momento do ingresso efetivo em caixa.

3.2. Despesas

Pelo enfoque patrimonial, as despesas refletidas nas demonstrações foram registradas com base, exclusivamente, em fatos geradores econômicos e patrimoniais ocorridos no exercício, independentemente de correspondentes e efetivos pagamentos, podendo os valores serem ou não oriundos da execução orçamentária.

Pelo enfoque orçamentário, de acordo com o art. 35 da Lei 4.320/64, a despesa foi reconhecida pelos valores empenhados no exercício.

3.3. Restos a Pagar

Os restos a pagar inscritos como não processados, quando liquidados e não pagos em exercício posterior ao de referência, passam a ser controlados como restos a pagar não processados liquidados.

Os restos a pagar processados inscritos, que não foram pagos ou cancelados até o encerramento do exercício, permanecem registrados no passivo financeiro.

3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações financeiras e demais investimentos, inclusive fundos com liquidez imediata, são mensurados pelo valor original, atualizados até a data-base do encerramento das demonstrações contábeis, sendo as atualizações apuradas e registradas em contas de resultado ou patrimonial.

Os registros dos recebimentos de recursos financeiros são efetuados individualmente nas contas bancárias, segregados em recursos vinculados e recursos do Tesouro Municipal.

3.5. Créditos a Curto Prazo

Os créditos são registrados de acordo com a competência de sua respectiva receita, sendo atualizados pelo IPCA, no caso de não recebimento dentro de seu vencimento, sendo atualizados e controlados pela Gerência Financeira, sendo a última atualização na data do Balanço.

3.6. Investimentos

Os investimentos constituem um estoque de edificações e terrenos avaliados pelo valor justo, periodicamente, pela Comissão Especial de Avaliação - CEA, e são mantidos para valorização de capital visando capitação de recursos financeiros para equacionar a deficiência financeira e atuarial.

3.7. Reconhecimento de Passivos

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, são reconhecidas no Passivo, em observância ao regime de competência.

As provisões são registradas pelos valores estimados, informados pela Procuradoria Geral do Município – PGM de acordo com os riscos potenciais de desembolso com perdas prováveis nas ações judiciais, reconhecidas até o encerramento do exercício, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3.8. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são registradas com base nas informações recebidas da Coordenadoria de Inteligência Previdenciária – CIP, área responsável pelo cálculo atuarial, que consideram as projeções futuras a valor presente, de compromissos previdenciários subtraídos das receitas que irão custear essas obrigações.

4 – Informações Complementares

4.1 – Balanço Orçamentário

Despesas por Tipo de Crédito:

Detalhamento	Dotação Inicial	Créditos Suplementares Abertos	Cancelamentos	Dotação Atualizada
	R\$	R\$	R\$	R\$
Pessoal e Encargos	7.240.146.202,00	452.228.000,00	(833.428.796,00)	6.858.945.406,00
Outras Despesas Correntes	108.601.311,00	6.071.295,29	(4.571.295,29)	110.101.311,00
Total	7.348.747.513,00	458.299.295,29	(838.000.091,29)	6.969.046.717,00

Execução das Receitas e das Despesas:

As receitas geradoras de recursos financeiros do FUNPREVI constituem-se, fundamentalmente, pelas contribuições (patronal, de servidores e suplementar).

Segue composição em 31/12/2025:

Detalhamento	31/12/2025		31/12/2024	
	R\$	%	R\$	%
Contribuição Servidor Ativo - Poder Executivo	950.041.681,11	14,23	956.454.277,63	15,39
Contribuição Servidor Ativo - Poder Legislativo - CMRJ	28.446.584,81	0,43	29.623.666,51	0,48
Contribuição Servidor Ativo - Poder Legislativo - TCMRJ	21.215.466,67	0,32	21.037.398,63	0,34
Contribuição para o RPPS - Pessoal Cedido Afastado	108.283,64	0,00	64.009,98	0,00
Contribuição Servidor Inativo - Poder Executivo	88.498.804,13	1,33	92.375.516,62	1,50
Contribuição Servidor Inativo - Poder Legislativo - CMRJ	29.228.397,49	0,44	26.991.499,20	0,43
Contribuição Servidor Inativo - Poder Legislativo - TCMRJ	12.698.136,46	0,19	11.767.742,20	0,19
Contribuição Servidor Pensionista - Poder Executivo	17.876.467,55	0,27	18.339.839,87	0,30
Contribuição Servidor Pensionista - Poder Legislativo - CMRJ	7.257.530,31	0,11	7.099.569,79	0,11
Contribuição Servidor Pensionista - Poder Legislativo - TCMRJ	2.065.410,97	0,03	2.108.317,51	0,03
Aluguéis Recebidos	68.493.765,32	1,03	64.312.876,53	1,03
Rendimento de Aplicações Financeiras	13.231.331,65	0,20	7.730.594,39	0,12
Juros Financiamento Imobiliário	13.684.437,53	0,20	15.886.460,46	0,26
Compensação Previdenciária	123.169.860,90	1,84	150.145.998,84	2,43
Repasse PREVIÁRIO - Financ. Imobiliário	26.082.462,35	0,39	35.784.491,69	0,58
Outras Receitas	3.134.610,35	0,05	3.552.747,13	0,06
Alienação de Imóveis Urbanos	32.160.126,66	0,48	-	0,00
Contribuição Patronal-Ativo Poder Executivo	1.902.550.570,09	28,49	1.860.299.953,39	29,93
Contribuição Patronal-Ativo Poder Leg. CMRJ	53.187.776,20	0,80	59.033.434,07	0,95
Contribuição Patronal-Ativo Poder Leg. TCMRJ	39.763.517,42	0,60	42.109.966,86	0,68
Contribuição Previdenciária Suplementar	2.385.724.095,96	35,72	2.384.905.689,66	38,37
Receitas Intra - Restituições de Despesas de Pessoal (PGM)	298.129,00	0,00	233.756,96	0,00
Receitas Intra - Outras Receitas Correntes	414.300.030,25	6,20	0,17	0,00
Receitas Intra - Repasses do Tesouro - Royalties	444.994.180,80	6,66	424.991.367,12	6,84
Total	6.678.211.657,62	100	6.214.849.175,21	100

Em conformidade com a autorização para alienação dos imóveis pertencentes ao FUNPREVI constantes dos Anexo I e II, da Lei Complementar nº 275, de 8 de novembro de 2024, foram realizadas quatro alienações no corrente exercício, resultando em receita arrecadada no montante de R\$ 32.160.126,66.

O montante correspondente a R\$ 414.300.030,25, classificado como receitas intra – outras receitas correntes, refere-se aos valores recebidos do Tesouro Municipal, para quitação parcial da dívida objeto da Determinação 1, do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRio), relativo às contas de Governo do exercício de 2024, conforme autorizado pelo processo PVR-OFI-2025/00613.

As principais despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2025, de acordo com a sua fonte de custeio foram:

Detalhamento	Valor Empenhado		Valor Liquidado		Valor Pago	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Pessoal e Encargos - Aposentadoria	5.873.192.162,03	85,14	5.873.192.162,03	85,26	5.419.857.998,69	85,22
Pessoal e Encargos - Pensão	973.193.823,76	14,10	973.193.823,76	14,13	898.277.903,27	14,12
Outras Despesas Correntes	9.232.757,78	0,13	8.172.017,18	0,12	7.953.124,68	0,13
Taxa de Administração	42.358.851,00	0,63	33.629.555,22	0,49	33.629.555,22	0,53
Total	6.897.977.594,57	100	6.888.187.558,19	100	6.359.718.581,86	100

Tendo maior relevância os valores de pagamentos de benefícios previdenciários a inativos e pensionistas do RPPS em conformidade com sua missão institucional.

4.2 – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia todas as movimentações financeiras que impactam caixa ou o equivalente, ou seja, apresenta o Resultado Financeiro do Exercício.

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024
	R\$	R\$
Resultado Orçamentário	(219.765.936,95)	(570.091.412,49)
Transferências Financeiras Recebidas	219.000.000,00	567.000.000,00
Restos a Pagar Inscritos no Período	538.259.012,71	532.597.205,49
Restos a Pagar Pagos no Período	(530.702.429,76)	(493.035.365,56)
Saldo do Resultado de Transações Extraorçamentárias	233.335,93	1.498.141,26
Outros Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários	22.616,86	424.667,56
Resultado Financeiro	7.046.598,79	38.393.236,26

A receita decorrente da alienação de bens e da quitação parcial da dívida, conforme citado no item 4.1, impactou diretamente o Resultado Orçamentário.

Após a identificação das origens dos créditos recebidos e regularização das configurações, procedeu-se a devida reclassificação dos lançamentos, resultando na redução do saldo dos valores classificados como extraorçamentários.

4.2.1 – Transferências Financeiras Recebidas

Os valores das Transferências Recebidas para a execução orçamentária são registrados no Balanço Financeiro na coluna ingressos, provenientes da dependência financeira com o Tesouro Municipal, alcançando o valor de R\$ 219.000.000,00 em 31/12/2025.

4.2.2 – Restos a Pagar

Os valores inscritos em Restos a Pagar em 31/12/2025 são demonstrados no Balanço Financeiro na coluna de ingressos, como recebimentos extraorçamentários, para fins de ajuste financeiro da parcela não paga da despesa orçamentária empenhada, demonstrada na coluna de dispêndios. A composição por natureza da despesa dos valores inscritos no exercício está apresentada no quadro a seguir:

Detalhamento	RPN inscrito		RPP inscrito em	
	em 31/12/2025		31/12/2025	
	R\$	%	R\$	%
Pessoal e Encargos Sociais - Aposentadoria	-	0,00	453.334.163,34	85,78
Pessoal e Encargos Sociais - Pensão Previdenciária	-	0,00	74.915.920,49	14,18
Taxa de Administração	8.729.295,78	89,17	-	0,00
Outras Despesas Correntes	1.060.740,60	10,83	218.892,50	0,04
Total	9.790.036,38	100	528.468.976,33	100

4.3 – Balanço Patrimonial

4.3.1 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os saldos registrados neste grupo referem-se aos demais créditos não recebidos até 31/12/2025, com expectativa de recebimento até 31/12/2026, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2025 R\$	31/12/2024 R\$
Créditos Tributários Previdenciários	84.247.892,76	85.662.343,12
Contribuição Previdenciária Patronal	-	967.522.277,53
Créditos Tributários - RPPS x RGPS / RPPS MUN / RPPS ESTADO / RPPS UNIÃO	9.214.816,72	16.900.397,08
Créditos Imobiliários	35.505.315,06	16.643.282,87
Créditos e Valores a Receber - Intra	4.195.108,58	752.191.490,58
Outros Créditos Previdenciários - Dívida Tesouro	1.374.403.702,89	-
Créditos e Valores a Receber - Inter	3.823.068,39	3.820.536,31
Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	12.221,60	39.645,96
Total	1.511.402.126,00	1.842.779.973,45

As principais mudanças de valor:

- No que se refere aos Créditos Tributários – COMPREV, a redução observada decorre da arrecadação de valores acumulados de exercício anterior;
- Quanto à variação dos Créditos Imobiliários, o aumento registrado é proveniente da alienação dos imóveis, conforme mencionado anteriormente no item 4.1;
- Conforme os processos SMF-PRO-2025/24206 e PVR-OFI-2025/00613 que autorizam e estabelecem os procedimentos para o ressarcimento do Tesouro ao FUNPREVI, foi criada uma conta contábil específica para o registro e a atualização dos valores referentes à dívida. Nesse contexto, procedeu-se à reclassificação dos valores anteriormente registrados como créditos a receber nas contas Contribuição Previdenciária Patronal e Créditos e Valores a Receber – Intra, os quais passaram a ser reconhecidos na conta Outros Créditos Previdenciários. Para fins de controle e atualização desses valores, esta Gerência instaurou o processo PVR-PRO-2025/08028;

4.3.2 – Realizável a Longo Prazo

O valor apresentado neste grupo refere-se aos créditos com expectativa de recebimento após o término do exercício subsequente, composto da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2025 R\$	31/12/2024 R\$
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - RIORBE	261.877.269,88	229.172.102,97
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Estado	5.096.807,89	10.795.460,11
Valor Atual da Cont. Patronal Suplementar p/ Cobertura do Deficit Atuarial	44.697.289.166,60	46.017.788.866,42
Valor Atual dos Recursos Vinculados por lei p/ Cobertura do Deficit Atuarial	10.028.542.779,03	10.776.434.835,68
Total	54.992.806.023,40	57.034.191.265,18

A redução do montante a receber referente ao Empréstimo ao Estado decorre da alteração no critério de atualização do referido crédito, passando a ser efetuada com base no saldo do Precatório inscrito sob o nº 2020.06302-0.

Ressalta-se que o processo administrativo nº 05/501.263/2001 contém a instrução formal acerca do novo procedimento adotado.

Em relação aos valores registrados a título de cobertura do déficit atuarial, estes correspondem ao Plano de Amortização instituído, conforme discriminado a seguir:

	POSIÇÃO DEZ/2025	POSIÇÃO DEZ/2024
Plano de Amortização (Redutora)	-54.725.831.945,63	-56.794.223.702,10
Outros Créditos	-54.725.831.945,63	-56.794.223.702,10
1 - Contribuição Suplementar	-44.697.289.166,60	-46.017.788.866,42
2 - Juros e Amortização de Carta de Crédito	-46.546.904,00	-55.321.700,31
3 - Amortização de Carta de Crédito	-174.313.825,68	-199.548.585,39
4 - Royalties de Petróleo	-8.509.075.589,65	-9.116.366.455,17
5 - Aluguéis	-1.298.606.459,70	-1.405.198.094,81

4.3.3 – Investimentos

Os investimentos referem-se exclusivamente a imóveis.

Dos imóveis constantes na carteira, os prédios e seus respectivos terrenos – CASS BLOCO I e ANEXO possuem restrição legal de venda, podendo o FUNPREVI usufruir somente de receitas provenientes de cessão onerosa desses, sendo um montante total de R\$ 344.476.000,00.

Os bens que compõem as propriedades para investimento estão detalhados da seguinte forma:

Imóveis - Movimentação pelo Método do Valor Justo

Detalhamento	Saldo final em	Adições	(-) Baixas	Reclassificações	Saldo em
	31/12/2024				31/12/2025
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Terrenos	466.985.430,00	188.528.845,00	(216.689.437,50)	-	438.824.837,50
Edificações	232.194.400,00	58.697.825,00	(18.240.412,50)	-	272.651.812,50
Total	699.179.830,00	247.226.670,00	(234.929.850,00)	-	711.476.650,00

Dentre as alterações contabilizadas, destacam-se as reavaliações periódicas de bens imóveis, através da CEA – Comissão Especial de Avaliação, com o objetivo de adequar os valores dos imóveis à realidade de mercado.

Adicionalmente, foram registradas as alienações autorizadas pela Lei Complementar nº 275, mencionada no item 4.1, bem como as permutas de imóveis, formalizada por meio do Termo nº 94/2025-SUPPA, celebrado entre o Município do Rio de Janeiro e o FUNPREVI.

4.3.4 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Compreende as obrigações referentes a benefícios previdenciários, competência dezembro de 2025, inclusive as decisões judiciais e os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo	
	31/12/2025	31/12/2024
	R\$	R\$
Benefícios Previdenciários - Aposentadoria	335.434.272,00	333.148.244,92
Benefícios Previdenciários - Pensão	57.461.638,19	55.846.537,28
Precatórios de Benefícios Previdenciários	85.105.433,95	301.114,61
Benefícios Previdenciários - Decisões Judiciais	-	30.607,53
COMPREV	1.144.012,40	1.237.295,33
Total	479.145.356,54	390.563.799,67

Não houve registro contábil de inscrição dos precatórios em 2024, considerando que o PVR-PRO-2024/03830 foi encaminhado, pela Procuradoria Geral do Município – PGM, tardiamente para registro e apresentando inconsistências, sendo concluído o registro em 2025. Adicionalmente, ressalta-se que a adoção dos novos procedimentos operacionais estabelecidos pela Resolução Conjunta CGM-RIO/PGM/SMF nº 121/2025 alterou a sistemática de registro dos precatórios no passivo do PREVIRO e centralizou o fluxo de pagamento via Tesouro Municipal, alterando o prazo para baixa dos passivos para fevereiro do ano subsequente. Desta forma o valor registrado ao final no exercício agrega as competências 2024 e 2025.

4.3.5 – Fornecedores e Contas a Pagar

Nesse grupo de contas, encontram-se registradas as obrigações referentes à Taxa de Administração devida ao Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro – PREVIRO, bem como os precatórios e as despesas judiciais de pequena monta, referentes aos honorários judiciais, com vencimento no curto prazo.

As despesas foram devidamente empenhadas e estão classificadas como Passivo Financeiro, inexistindo despesas sem cobertura orçamentária, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo	
	31/12/2025	31/12/2024
	R\$	R\$
Fornecedores e Contas a Pagar - Intra OFSS (Taxa de Adm)	8.729.295,78	8.832.609,01
Precatórios - Fornecedores	1.808.564,29	-
Sentenças Judiciais - Fornecedores	-	229.323,24
Total	10.537.860,07	9.061.932,25

Conforme citado no item 4.3.4, não houve registro contábil de inscrição dos precatórios em 2024.

4.3.6 – Demais Obrigações

Com exigibilidade de curto prazo, são apresentados os seguintes valores:

Detalhamento	Curto Prazo	
	31/12/2025	31/12/2024
	R\$	R\$
Retenções Diversas-Outras	95.818.371,15	92.775.205,53
IRRF sobre Folha de Pagamento-Inativos/Pensionistas	48.813.916,34	49.408.431,62
Receitas a Apropriar-Outras (Contratos)	65.414.571,96	65.414.571,96
Total	210.046.859,45	207.598.209,11

Além dos valores consignados em folha de pagamento, este grupo inclui os montantes classificados como receitas a apropriar, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2026, provenientes do Contrato SMFP nº 104/2022 celebrado com o Banco Santander do Brasil S/A, cujo objeto é a prestação de serviços de pagamento das folhas salariais da Administração Direta e Indireta. As parcelas a partir de janeiro de 2027 estão reconhecidas no resultado em seus períodos de competência futura, estando o valor evidenciado no "Resultado Diferido".

4.3.7 – Provisões

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, referentes às ações judiciais, que representam obrigações correntes provenientes de eventos já ocorridos, e apresentam possibilidade de perdas, consideradas como provável de desembolsos de recursos, registrados com base nas informações prestadas pela Procuradoria Geral do Município – PGM, bem como as Provisões Matemáticas Previdenciárias, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Longo Prazo	
	31/12/2025	31/12/2024
	R\$	R\$
Riscos Cíveis	1.387.940,58	2.634.869,97
Provisões Matemáticas Previdenciárias	79.064.758.609,24	89.081.760.560,51
Total	79.066.146.549,82	89.084.395.430,48

As Provisões Matemáticas Previdenciárias representam o total dos recursos necessários ao pagamento das obrigações futuras relativas aos benefícios previdenciários, que serão pagos pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) aos segurados.

A tabela seguinte demonstra as contas registradas no Plano Previdenciário, considerando a projeção dos valores futuros calculados a valor presente, das obrigações liquidas dos benefícios concedidos e a conceder deduzidas dos créditos estabelecidos no plano de amortização estabelecido pela Lei 5.300/2011 e suas alterações.

	POSIÇÃO DEZ/2025	POSIÇÃO DEZ/2024
Provisões Matemáticas Previdenciárias	79.064.758.609,24	89.081.760.560,51
Plano Previdenciário	79.064.758.609,24	89.081.760.560,51
Provisões de Benefícios Concedidos	64.793.053.453,86	68.133.852.953,99
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	67.235.328.195,67	70.806.854.593,58
Contribuições do Aposentado (Redutora)	-1.409.911.368,32	-1.569.195.744,36
Contribuições do Pensionista (Redutora)	-252.681.480,84	-301.617.650,69
Compensação Previdenciária (Redutora)	-779.681.892,65	-802.188.244,54
Provisões de Benefícios a Conceder	14.271.705.155,38	20.947.907.606,52
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	44.105.052.441,41	52.091.042.856,12
Contribuições do Ente (Redutora)	-17.405.475.740,60	-17.165.257.880,08
Contribuições do Ativo (Redutora)	-10.197.338.947,41	-10.314.623.061,78
Compensação Previdenciária (Redutora)	-2.230.532.598,02	-3.663.254.307,74

Foi utilizado no cálculo atuarial o Método Agregado/Ortodoxo.

A taxa atuarial de juros utilizada na Avaliação Atuarial 2026 foi definida pela Portaria MPS nº 2.010, de 15 de outubro de 2025, conforme metodologia constante da Portaria nº 1.467/2022.

A redução de aproximadamente R\$ 7,5 bilhões do déficit atuarial do FUNPREVI de 2025 para 2026 pode ser explicada basicamente pelas seguintes alterações ocorridas da Avaliação Atuarial 2025 (base 2024) para a Avaliação Atuarial 2026 (base 2025):

- Alteração em premissas que impactam a estimativa de entrada em aposentadoria: idade de ingresso no mercado de trabalho e tempo médio de permanência no serviço público após reunir as condições para se aposentar; e
- Aumento da taxa atuarial de juros de 4,82% (Avaliação Atuarial 2025) para 5,42%.

Vale ressaltar que esta redução do déficit teria sido ainda maior não fosse uma revisão na estimativa da receita de compensação previdenciária a receber e no cálculo referente à geração futura.

Cabe registrar que no ordenamento jurídico vigente no Brasil, o RPPS deve informar seu patrimônio e contabilidade separados do ente instituidor, assim, o resultado atuarial do FUNDO será evidenciado no balanço patrimonial do RPPS e no balanço consolidado do Ente. Ademais, ele é apurado com base na diferença entre o saldo das provisões matemáticas e os ativos garantidores do plano.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em sua 11ª edição, como resultado do processo de convergência das normas de contabilidade internacionais, aborda procedimentos contábeis específicos aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Destaca-se entre eles, a obrigatoriedade de utilizar o método de avaliação atuarial conhecido como "crédito unitário projetado – PUC" para registro no balanço consolidado do Ente. A definição da conduta a ser adotada na avaliação atuarial a ser registrada no passivo do RPPS é de responsabilidade da Secretaria de Previdência, como órgão normatizador, conforme expresso na Portaria MTP nº 1467/2022. O artigo 31 da referida Portaria, elenca os métodos de financiamento possíveis para serem adotados na Avaliação Atuarial, incluindo dentre eles, o Agregado/Ortodoxo, método utilizado nas Avaliações Atuariais do FUNPREVI desde sua criação em 2001.

4.3.8 – Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

O saldo dessa conta está formado basicamente pelo montante ainda não apropriado em receita, dos valores recebidos provenientes do Contrato SMFP nº 104/2022 com o Banco Santander do Brasil S/A, para prestação de serviços de pagamento das folhas salariais da Administração Direta e Indireta, que serão reconhecidos no resultado em seus períodos de competência futura. Os valores referentes a curto prazo encontram-se no grupo Demais Obrigações – Receita a Apropriar.

Detalhamento	Objeto do Termo de Contrato	Parte contratada	Prazo total remanescente (meses)	Longo Prazo	
				31/12/2025	31/12/2024
				R\$	R\$
Contrato SMPF nº 104/2022	Cessão de direito sobre Folha de Pessoal	Banco Santander S.A.	32 meses	43.609.714,19	109.024.286,15
Total				43.609.714,19	109.024.286,15

4.3.9 – Patrimônio Líquido

O FUNPREVI possui em seus resultados o valor total de R\$ 22.151.912.653,38 de déficit.

O detalhamento do Resultado do Exercício e Acumulado está apresentado no quadro a seguir:

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024
	R\$	R\$
Resultado do Exercício	7.636.136.438,51	3.071.928.392,97
Resultado de Exercícios Anteriores	(29.789.650.300,53)	(32.861.956.332,06)
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.601.208,64	377.638,56
Total	(22.151.912.653,38)	(29.789.650.300,53)

O Resultado do Exercício foi impactado pela redução do Déficit Atuarial apurado no exercício de 2025, detalhados no item 4.3.7.

Foram realizados os seguintes ajustes de exercícios anteriores, tendo sido provocados por retificação de erros de registros feitos em exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, conforme apresentado no quadro a seguir:

Grupo Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2024	Detalhamento do Ajuste		Valor de exercício anterior ajustado em 31/12/2025
		Fato	R\$	
Ativo Circulante	2.277.622.261,95			
		Reclassificação de receita patrimonial via DARM registrada no exercício anterior.	(295.141,19)	
		Reclassificação créditos a receber DARM-RIO referente ao exercício anterior.	(317,65)	
				2.277.326.803,11
Ativo Não Circulante	-			-
Passivo Circulante	607.223.941,03	Retificação de benefícios previdenciários a pagar - aposentadoria/pensão - rejeição/cancelamento de pagamento/falta de dados bancários	947.012,87	
		Retificação de Fornecedores Não Parcelados a Pagar - cancelamento de RP - COMPREV federal	500.401,38	
		Retificação de Fornecedores Não Parcelados a Pagar - cancelamento de RP - RPPS estadual.	72.759,04	
		Retificação de Fornecedores Não Parcelados a Pagar - cancelamento de RP - RPPS municipal.	376.494,19	
				609.120.608,51
Passivo Não Circulante	-			-
		Efeito líquido	1.601.208,64	

4.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

A variação de maior relevância no exercício decorre dos impactos provenientes do registro da avaliação atuarial, ano base 2025, conforme evidenciados no item 4.3.7.

As despesas nos montantes de R\$ 2.068.391.756,47 e R\$ 3.646.108.167,72, referem-se às variações decorrentes da atualização atuarial, correspondendo, respectivamente, ao registro do Plano de Amortização no exercício de 2025 e à Atualização das Provisões Matemáticas realizada no exercício de 2024.

Cabe ressaltar que, no exercício atual, houve alteração da conta utilizada para o registro da receita de contribuição suplementar, que passou de Contribuições para Transferências e Delegações Recebidas.

4.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias, incluindo as aplicações financeiras de alta liquidez. Tais valores estão comprometidos com o pagamento líquido da folha de pagamento a ser realizado nos primeiros dias do ano subsequente.

Integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício de 2025, os valores extra-orçamentários, que estão vinculados à finalidade específica correspondente a depósitos a serem entregues, no valor total de R\$ 9.142.493,15.

Estão contemplados na linha "Outros Ingressos Operacionais" e "Outros Desembolsos Operacionais" os valores apreendidos por decisão judicial e as movimentações financeiras que não decorrem da execução orçamentária, incluindo no exercício de 2025 o valor de R\$ 219.000.000,00 relativo ao Aporte para Cobertura de Déficit Financeiro recebidos no decorrer do ano.

4.6 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da entidade variou positivamente em 25,64%, resultando no valor de R\$ 22.151.912.953,38 de déficit ao final de 2025. Em 2024, o resultado apresentado foi de R\$ 29.789.650.300,53 de déficit.

Os ajustes de exercícios anteriores, fruto de retificação de exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, aumentaram o patrimônio líquido em R\$ 1.601.208,64, conforme evidenciado na Nota 4.3.9.

5. Outras Informações

Contingências

São apresentadas a seguir as contingências não registradas em contas patrimoniais:

	31/12/2025
Detalhamento	R\$
Contingências Passivas	
Demandas Judiciais	177.313.494,95
Total	177.313.494,95

Existência de processos judiciais tendo como réu o FUNPREVI, com expectativa de êxito possível, conforme processo SEI nº 001100.000806/2026-80, referentes a divergências de valores de aposentadorias e pensões concedidas, de contribuições previdenciárias pagas e a pagar e concessão de pensão previdenciária.

6. Partes Relacionadas

O FUNPREVI mantém em suas transações operacionais as seguintes ligações com:

- a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, na relação orçamentária, que corresponde à fonte de receitas para custeio das obrigações previdenciárias;
- a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, na relação de repassadora de contribuição previdenciária dos servidores, através de consignação;
- a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, pelo contrato comercial celebrado pelo PREVIRIO com órgãos da Prefeitura ou outras entidades da Administração Indireta relativamente à participação nos Aluguéis de entidades subsidiadas com recursos do Tesouro para a manutenção de suas atividades operacionais;
- a Rio Urbe, empresa estatal dependente de recursos do Tesouro Municipal, por contrato de empréstimo;

- o PREVIRIO, na relação orçamentaria, relativas a atividades de gerenciamento;

7. Eventos subsequentes

Da data do fechamento do exercício até a data de elaboração destas demonstrações contábeis, a gerência de contabilidade não tomou conhecimento de quaisquer eventos enquadrados pelas normas de contabilidade como subsequentes.



RAQUEL DAS GRAÇAS DE O. BARCELOS
Gerente de Processo III
CPF: 101.756.057-93
Contadora – CRC-RJ 120.549



VANESSA GONCALVES Q. EVANGELISTA
Gerente de Contabilidade
CPF: 037.561.057-59
Contadora – CRC-RJ 090.655



VIRGINIO VIEIRA OLIVEIRA
Diretor de Administração e Finanças
CPF: 367.633.575-91



BERNARDO EGAS LIMA FONSECA
Presidente
CPF: 117.498.167-92